



CÂMARA DE VEREADORES DE  
FARROUPILHA

Rec. em 02 / 02 / 2021  
Horário: 16h 25 min  
Simone

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA

Of. n.º 07/2021 - SEGDH

Farroupilha, 02 de fevereiro de 2021.

Exmo. Senhor  
Tadeu Salib dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Farroupilha/RS

Assunto: Resposta ao Pedido de Informação nº 01/2021

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentar Vossa Excelência na oportunidade em que respondemos ao ofício nº 006/2021, que trata do Pedido de Informação nº 01/2021, de iniciativa da Bancada Republicanos.

Em anexo, encaminhamos cópia do Contrato de Concessão dos Serviços de Água e Esgoto de Farroupilha, bem como, Parecer final da Comissão de Sindicância aberta em 2018, a qual, analisou o referido Contrato.

Outrossim, por tratar-se de assunto de interesse público com atenção do Poder Executivo, informamos que realizamos reunião com a Corsan, sendo que, em anexo, encaminhamos relatório de obras da concessionária, as quais encontram-se em execução, licitadas, e concluídas ainda em 2020/2021.

Atenciosamente,



FABIANO FELTRIN

Prefeito Municipal



Rafael Gustavo Portolan Colloda

Secretário Municipal de Gestão e Desenvolvimento Humano

## ATA DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

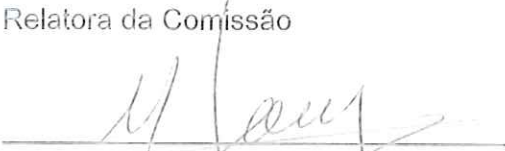
Aos 22 de agosto de 2019, às 9 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Farroupilha – RS, reunidos os servidores: Gelso Priotto - Presidente da Sindicância, Francielle Bonaci de Matos – Relatora, Miguel Ângelo Silveira de Souza, Paulo Castro, Rogério Pergher, Rui Ernesto Gonçalves de Oliveira e Pablo Uez, da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº 479, de 29 de maio, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, considerando os pareceres emitidos pela Procuradoria Geral do Município e pelo escritório Curvelo e Pasqualini, esta Comissão considera encerrados os trabalhos, decidindo-se pelo encaminhamento dos autos do processo em epígrafe ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Para constar, eu, Francielle Bonaci de Matos na qualidade de Relatora da Comissão, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos demais membros da Comissão.



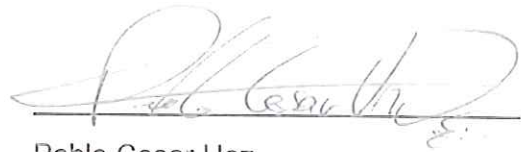
Gelso Priotto  
Presidente da Comissão



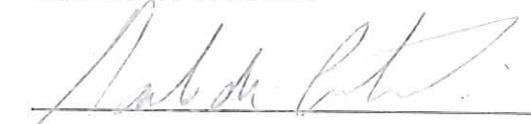
Francielle Bonaci de Matos  
Relatora da Comissão



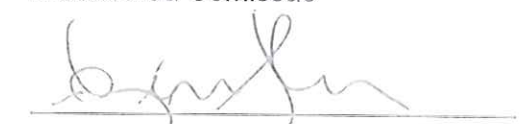
Miguel Angelo da Silveira de Souza  
Membro da Comissão



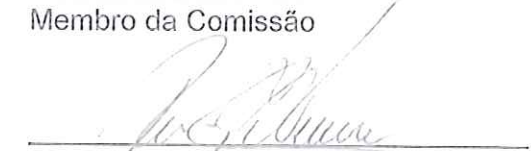
Pablo Cesar Uez  
Membro da Comissão



Paulo de Castro  
Membro da Comissão



Rogério Pergher  
Membro da Comissão



Rui Ernesto Gonçalves de Oliveira  
Membro da Comissão



①

**RELATÓRIO DA COMISSÃO**

A Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 479, de 29 de maio de 2018, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para apurar possíveis descumprimentos do Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, deu início aos trabalhos em cinco de junho de dois mil e dezoito. Na oportunidade, de acordo com a Ata I, fora analisado o *Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário* no que diz respeito ao descumprimento de cláusulas contratuais, como ressaltado pelo grupo, as seguintes:

CLÁUSULA TERCEIRA – das definições. Para efeitos deste contrato, considera-se:

III - Plano Plurianual de Investimentos no Sistema – conjunto de obras e serviços a serem realizados de acordo com o montante de recursos financeiros previstos por períodos de cinco anos, a serem investidos no Sistema.

*Apontamento da Comissão: Não se observou a existência do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema LOCAL desde a assinatura do contrato, tampouco cumprido com o Município.*

IV - Meta de Investimentos a Longo Prazo – é o montante de recursos financeiros a serem investidos no Sistema ao longo do período de duração do Contrato, com revisões quinquenais.

*Apontamento da Comissão: Não se observou a existência de Metas de Investimentos a Longo Prazo a serem investidos no Sistema LOCAL desde a assinatura do contrato, tampouco as revisões quinquenais.*

V – Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento da política de saneamento do Município que deverá abranger o diagnóstico da situação local e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e, mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.

*Apontamentos da Comissão: Não se observou a existência de Plano de Saneamento Básico quando assinado o contrato, instrumento obrigatório conforme previsto na Lei Federal 11445/07.*

CLÁUSULA QUINTA – da área da prestação dos serviços. A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana e áreas rurais contínuas à zona urbana.

*Apontamentos da Comissão: Conflita com os objetivos e princípios da Lei Federal 11445/07 quanto à universalização do Sistema, em especial à abrangência dos serviços.*

CLÁUSULA OITAVA – do modo, forma e condições de prestação do serviço. Na prestação dos serviços, a CORSAN deverá:

I – estabelecer através de negociação com o Município, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, as ações



necessárias, definindo prioridades, a serem consideradas para o estabelecimento do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema.

**Apontamentos da Comissão:** *Não se observou a existência da definição das ações e prioridades, tampouco o Plano Plurianual de Investimentos no Sistema Local.*

III – operar e manter os serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte tratamento e destino final do esgoto, nos termos definidos por Estudo de Concepção e Viabilidade Econômica, a ser elaborado no prazo máximo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura deste contrato.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se o total descumprimento do Estudo de Concepção, apresentado pela própria CIA, não colocando em prática os prazos estipulados pelo estudo.*

IV – executar direta ou indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, objetivando o adequado funcionamento dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, observados os limites previstos na Meta de Investimentos de Longo Prazo, nos termos definidos por Estudo de Concepção e Viabilidade Econômica, a ser elaborado no prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura deste contrato.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se o total descumprimento do Estudo de Concepção, apresentado pela própria CIA, não colocando em prática os prazos estipulados pelo estudo.*

CLÁUSULA DÉCIMA (e demais subcláusulas) – dos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço. As metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais serão aferidos por meio dos indicadores definidos no Anexo I deste contrato e demais normas regulamentares.

**Apontamentos da Comissão:** *As metas progressivas e graduais de expansão dos serviços a serem apresentadas ao Município não foram observadas.*

*Observou-se que os demais relatórios quando apresentados ao município são incompletos e bastante sintéticos dificultando a compreensão quanto à operação e eficiência do sistema no município.*

*Observou-se que a REVISÃO dos Indicadores de Qualidade previstos na Subcláusula quinta, que deveriam ser feitas nas mesmas datas das revisões tarifárias por comissão instituída para este fim, não contou com Representantes deste Município.*

CLÁUSULA VIGÉSIMA – dos direitos, garantias e obrigações do município - Das obrigações do Município.

**Apontamentos da Comissão:** *O município fez fiscalização parcial do contrato, com pedidos de esclarecimentos e questionamentos feitos por servidores a partir de 2015, a partir da aprovação do PMSB, tendo o Município ações pontuais de cobranças de alguns itens previstas no plano.*

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Dos direitos e garantias do Município.**

I – estabelecer, juntamente com a CORSAN, as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, considerando as Metas de Longo Prazo para Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se que este item nunca foi cumprido devido à inexistência do Plano Municipal de Saneamento Básico à época da assinatura do contrato, além fato de se ater tão somente às metas de longo prazo, desconsiderando as de curto e médio.*

II – receber da CORSAN a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se que esta Cláusula foi parcialmente descumprida, destacando o não cumprimento com relação ao sistema de esgotamento sanitário, pois passados 10 (dez) anos da assinatura do contrato, ainda não começou a operação do Sistema.*

III – a realização, pela CORSAN, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos nas Metas de Longo Prazo de Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Apontamentos da Comissão:** *Conforme apontamentos do inciso I desta cláusula, como não foram definidas as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, tampouco definidas as Metas de Longo Prazo para investimento no sistema local, visto a inexistência do Plano Municipal de Saneamento Básico, não foram realizados os investimentos necessários para a expansão e modernização dos serviços, além do fato de se ater tão somente às Metas de Longo Prazo, desconsiderando as de Curto e Médio prazos.*

IV – conhecer prévia e expressamente, as obras que a CORSAN pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se que a CORSAN não comunica formalmente o Município quando há a pretensão de executar obras.*

VI – receber, da CORSAN, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se o descumprimento de diversas exigências desta cláusula, como:*

\* *O relatório de execução dos estudos, projetos e obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema Local;*

\* *O registro e inventário dos bens vinculados a prestação de serviços Local;*

\* *O desempenho operacional, econômico e financeiro detalhado do sistema Local;*

\* *As demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas do Município são muito genéricas e pouco detalhadas, não as tornando claras.*

*\* Demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pela administração municipal vinculadas ao Município.*

VIII – ter assegurada a aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pelo Município, destinados ao Município, na rede municipal de água ou esgoto.

**Apontamentos da Comissão:** *Nesta cláusula destacam-se três apontamentos de descumprimento, como:*

*\* A demora entre a captação e a aplicação dos valores no Sistema Local de água ou esgoto.*

*\* A dificuldade de identificação das fontes dos recursos captados bem como dos valores exatos que foram captados.*

*\* A falta de transparência da Companhia nas informações relativos a esse tema.*

XII – ter livre acesso dos encarregados da fiscalização do Município e da AGERGS, especialmente designados, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros realizados pela CORSAN, relativos ou pertinentes ao contrato.

**Apontamentos da Comissão:** *Relativo aos dados de registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros realizados pela CORSAN, há dificuldades de acesso pela administração municipal haja vista a dificuldade de se conseguir essas informações solicitadas à Companhia no ano de 2014, quando da construção do Plano Municipal de Saneamento Básico.*

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - dos direitos, garantias e obrigações da CORSAN - Das obrigações da CORSAN.

I – elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano Plurianual de Investimentos do Sistema.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se que a Companhia não elabora, nem executa os estudos, projetos e obras necessários previstos no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema Local, pois o mesmo não foi observado em nenhum momento, tampouco os projetos previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado somente em 2015, que é base fundamental de regramento do contrato e base para o desenvolvimento do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema Local.*

II – garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se o descumprimento deste Item por não estar obedecendo termos acordados neste contrato, por exemplo:*

*\* Abastecimento de todo o perímetro urbano e áreas contíguas previstas no contrato (ex: Condomínio Industrial Greentec, que é área contígua ao Perímetro Urbano e está tendo dificuldade para receber o abastecimento pela Companhia)*

\* A não observância dos projetos de curto prazo previstas no PMSB, aprovado em 2015, relativos a melhoria da qualidade do atendimento no abastecimento, que afetam diretamente aos usuários, como:

- o aumento da capacidade de reserva da água tratada, como estratégia de Contingência;

- o aumento da capacidade de adução de água tratada, como estratégia de Contingência;

- redução do índice de perdas da Rede de Distribuição;

- troca de material inadequado ou obsoleto da Rede de Distribuição.

III – dar ciência prévia e expressa ao Município das obras que pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico.

**Apontamentos da Comissão:** Observou-se que a CORSAN não comunica formalmente o Município quando há a pretensão de executar obras.

V – apresentar ao Município, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta.

**Apontamentos da Comissão:** Observou-se o descumprimento de diversas exigências como:

\* O relatório de execução dos estudos, projetos e obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema Local;

\* O registro e inventário dos bens vinculados a prestação de serviços;

\* O desempenho operacional, econômico e financeiro;

\* As demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas do Município são muito genéricas e pouco detalhadas, não as tornando claras.

\* Demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pela administração municipal vinculadas ao Município.

VI – publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica.

**Apontamentos da Comissão:** Observou-se que as demonstrações financeiras apresentadas ao Município sempre contemplam o âmbito estadual de atuação da Companhia e nunca local referente a operação do Sistema no Município.

IX – captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço:

**Apontamentos da Comissão:** Observa-se o descumprimento desta Cláusula, pois, houve a captação de recursos em nome do Município, mas não a aplicação deles no mesmo, embora feita a gestão desses recursos pela Companhia.

XIV – permitir aos encarregados da fiscalização do Município e da AGERGS, especialmente designados, livre acesso, em qualquer época, às obras,



equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como a seus dados e registros, administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros.

**Apontamentos da Comissão:** *Relativo aos dados de registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros realizados pela CORSAN, há dificuldades de acesso pela administração municipal haja vista a dificuldade de conseguir essas informações quando da construção do Plano Municipal de Saneamento Básico solicitadas à Companhia no ano de 2014.*

XVII – encaminhar o Plano Plurianual de Investimentos, previsto na cláusula oitava, à AGERGS e disponibilizá-lo ao Município.

**Apontamentos da Comissão:** *Não se observou a existência de um Plano Plurianual de Investimentos para o Sistema Local.*

Contudo, na segunda reunião que ocorreu no dia treze de junho de dois mil e dezoito, que consta na Ata II, fora analisado as cláusulas seguintes contratuais. E também, enviado à Corsan a solicitação de cópias da documentação referentes à audiência pública do ano de 2008 e contrato firmado entre a Prefeitura e a Companhia, anterior ao mesmo ano.

Análise das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA E VIGÉSIMA SÉTIMA – dos direitos e deveres dos usuários.

**Apontamentos da Comissão:** *Cláusulas comum aos usuários de qualquer prestação de serviço público, com base legal afeita a legislação consumerista e as demais pertinentes típicas das defesas dos usuários. Portanto, sem efeito prático do objetivo da Sindicância.*

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – da fiscalização. A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao Município e à AGERGS, nos termos do convênio de delegação firmado com o Município, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do Município, da AGERGS, da CORSAN, e dos usuários, nos termos de norma regulamentar.

**Apontamentos da Comissão:** *Neste item do contrato não fora formada a comissão representativa para aplicação clausular, no entanto frisa-se a omissão da AGERGS e CORSAN na composição deste grupo, obrigando o Município a fiscalizar por vias próprias.*

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – das penalidades contratuais.

**Apontamentos da Comissão:** *Subsiste previsão legal nesta cláusula sobre a existência de um regulamento próprio representado pelo Anexo III do contrato, onde se observa uma série de normativas típicas dos processos administrativos disciplinares, que no entanto não tiveram efeitos práticos, exclusivamente em razão da não implementação da cláusula vigésima oitava. Importante salientar que o Anexo III que regula a aplicação de penalidades em momento algum fora aplicado ao contrato por não haver ação fiscalizadora e especialmente pela omissão da agência reguladora que se*

*imagina fora criada para tanta e especialmente paga pelos usuários para exercer a regulação que nunca aconteceu.*

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** – da extinção da prestação de serviços.

**Apontamentos da Comissão:** *O contrato nesse item segue padrão normativo da extinção contratual não havendo especificação especial no item.*

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** – dos bens que integram a delegação.

**Apontamentos da Comissão:** *Cláusula típica da delegação do serviço onde a contratada toma posse dos bens pré-existentes ao contrato que se integram ao mesmo para execução do serviço. A questão a ser observada nesta cláusula é que a subcláusula primeira e segunda preconizam prévia avaliação e inventário de bens na assinatura do contrato, o qual deverá ser requerido pela sindicância, tendo em vista a ausência no arquivo público.*

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** – reversão de bens

**Apontamentos da Comissão:** *Cláusula comum dos contratos públicos desta natureza, restando tão somente a preocupação com o futuro do contrato onde para o momento deverá a contratada prestar relatório informações acerca de amortização e depreciação dos bens até a presente data.*

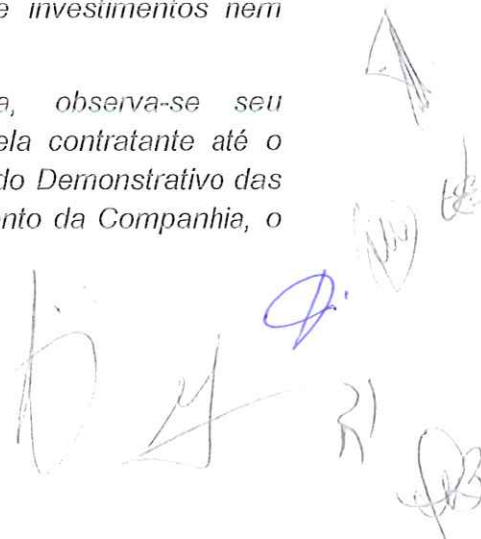
**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** – das indenizações devidas a  
CORSAN

**Apontamentos da Comissão:** *Cláusula comum dos contratos públicos no tocante as contratações públicas desta natureza. No entanto se aplica tão somente a rescisão contratual em caso do Ato do Príncipe, o que para o momento sindicante, não se aplica.*

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** – dos investimentos e dos recursos  
extraordinários

**Apontamentos da Comissão:** *As subcláusulas tratadas na cláusula trigésima quarta e quinta se refere a investimentos e eventuais recursos extras aportados pela contratada ou por ela recebidos nos termos da lei. Resta prejudicado a avaliação desses itens no contrato devido à falta de informações no tema praticados a longo do contrato, salientando que os relatórios do período explicitam tão somente o desempenho da Companhia a nível estadual, não especificando relatórios de investimentos nem recursos extras da realidade do Município.*

*Relativo especificamente a subcláusula segunda, observa-se seu descumprimento porque os recursos não onerosos obtidos pela contratante até o momento (OGU), estão sendo contabilizados na apresentação do Demonstrativo das Aplicações de Recursos e Investimentos como sendo investimento da Companhia, o que de fato não são.*



**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA** – A CORSAN deverá apresentar juntamente com a primeira revisão dos valores das tarifas a Meta de Investimentos de Longo Prazo.

**Apontamentos da Comissão:** *Não foram apuradas a apresentação das Metas de Investimento de Longo Prazo no Sistema local, tampouco as de curto e médio prazo previstas no PMSB.*

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA** – Visando consolidar os valores remanescentes e a situação patrimonial dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão anteriormente vigente, a CORSAN deverá apresentar no ato de assinatura deste contrato, inventários dos bens patrimoniais afetos à prestação dos serviços.

**Apontamentos da Comissão:** *Observou-se que no ato da assinatura do contrato não foi apresentado o inventário dos bens patrimoniais afetos à prestação dos serviços.*

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA** – O presente contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

**Apontamentos da Comissão:** *Essa cláusula prevê o aditamento do presente contrato para a adequação dos serviços e atendimento dos interesses das partes e à legislação pertinente incidente sobre o serviço de saneamento, inclusive municipal. Sendo que, a Companhia não acatou a possibilidade de um ativo contratual encaminhado ainda no ano de 2015, prevendo o alinhamento das estratégias da política de saneamento previstas no PMSB com o contrato vigente.*

Entretanto, na terceira reunião que aconteceu no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, que consta na Ata III, foi relatado que não houve resposta por parte da Corsan em detrimento ao assunto da audiência pública, além disso, foi encaminhado o ofício para convocação de participação de representantes da Corsan e Agergs para prestação de esclarecimentos.

Todavia, na quarta reunião do dia três de julho de dois mil e dezoito, que consta na Ata IV, a equipe organizou perguntas e materiais para as oitivas com a Agergs e Corsan.

Por conseguinte, a quinta reunião no dia três de agosto de dois mil e dezoito que consta na Ata V e VI, deu início às oitivas com a Corsan e Agergs.

## I – DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Primeiramente, registra-se que o procedimento transcorreu de forma legal tendo sido respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório, permitindo aos envolvidos que apresentasse as suas razões sobre os fatos em apuração, bem como que fossem ouvidos, por meio de audiência realizada em data previamente designada.

Iniciados os trabalhos, foram avaliados os seguintes documentos, devidamente numerados e juntados aos autos da presente sindicância. Para melhor compreensão

segue-se sumário com o nome dos documentos e respectiva numeração de página do expediente administrativo:

- a) Dossiê Corsan - Anexos 2 e 3 (fls. 14 à 91);
- b) Anexo 4 – Ofícios da Corsan (fls.92 à 113);
- c) Anexo 5 – Leis e Decretos Municipais (fls.114 à 147)
- d) Pedido e instauração de Sindicância Administrativa (fls. 148 à 153)
- e) Ata de reunião (fls. 154 e 155)
- f) Contrato de prestação de serviços da Corsan (fls.156 à 243)
- g) Ata de reunião (fls.250 e 251)
- h) Ofício de convocação para Corsan e resposta da mesma (fls. 252 à 257)
- i) Ofício de convocação para Agergs (fls. 258 e 259)
- j) Ata de reunião (fls. 262 e 263)
- k) Ofícios de alteração de data e solicitação (fls. 264 à 269)
- l) Resumo dos trabalhos anteriormente às oitivas com Corsan e Agergs (fls. 270 à 293)
- m) Ata de reunião (fls. 294 e 295)
- n) Resposta escrita da Corsan aos apontamentos feitos pela comissão (fls. 296 à 425)
- o) Transcrição do áudio da oitiva com a Corsan (fls. 426 à 513)
- p) Transcrição do áudio da oitiva com a Agergs (fls. 514 à 567)
- q) Juntada de documentos enviados pela Agergs (fls. 568 à 650)
- r) Encaminhamento (fls. 651 e 652)
- s) Parecer (fls. 653 à 692)
- t) Pareceres Jurídicos (fls. 693 à 708)
- u) Solicitação do Prefeito Municipal (fls. 709 à 712)
- v) Parecer Consultoria (fls. 713 à 784)
- x) Finalização (fls....)

## II - DOS FATOS APURADOS

De acordo com os levantamentos feitos pela Câmara de Vereadores, breve análise contratual e da falta de resposta da Corsan para com o Poder Legislativo municipal. A Câmara salienta a urgência da criação de um Fundo de Gestão Compartilhada em Farroupilha. Baseado no PMSB, foi possível identificar que a cidade é superavitária em água, o que demonstra que o que atrapalha a vinda de investimentos para o município é o "subsídio cruzado", ou seja, a estratégica gerencial utilizada pela Companhia, que faz com que as cidades que mais contribuem, acabam por beneficiar cidades deficitárias.

Entretanto, o PNSB prevê o tratamento e abastecimento de água e esgotamento sanitário não só nas áreas urbanas, mas também nas áreas rurais, por isso, essa também passa a ser uma reivindicação do cidade.

Além dos apontamentos, o Poder Legislativo entende que é responsabilidade da

prefeitura, a instauração de uma comissão multidisciplinar para discutir e analisar o Contrato firmado entre o município e a Corsan.

No curso da sindicância, aqueles elementos indicados na correspondência da Câmara de Vereadores foram sendo confrontados com os documentos e alegações apresentadas pela CORSAN, em conjunto com os novos documentos que passaram a informar o expediente.

Os destinatários das correspondências responderam à Comissão anexando a documentação pertinente ao assunto:

n) Ofício 993/2018 - Resposta escrita da Corsan aos apontamentos feitos pela comissão (fls. 296 à 425), na qual informou apontando cláusula por cláusula identificadas com irregularidades pela comissão, os porquês do não cumprimento das mesmas pela companhia.

q) Ofício 182/2018 - Juntada de documentos enviados pela Agergs (fls. 568 à 650), a qual declarou e comprovou com análises técnicas que a agência estaria cumprindo seu papel de agente regulador, fiscalizando os trabalhos da Corsan.

Assim, diante de todo o acervo probatório produzido nestes autos, corroborados pelos pareceres da Procuradoria Geral do Município de Farroupilha e do escritório Curvelo Pasqualini Advogados Associados, a Comissão entendeu que os elementos colhidos revelaram indícios suficientes para que seja instaurado o processo de caducidade, haja vista restar comprovado que o Contrato de Programa não vem sendo cumprido, assim como o Plano Municipal de Saneamento Básico de Farroupilha, ante a constatação reiterada e continuada de práticas infrativas que configuram inadimplência contratual.

No tocante as outras soluções juridicamente igualmente válidas apontadas no parecer do escritório Curvelo Pasqualini Advogados Associados, a Comissão entende que a solução proporcionalmente adequada ao tema é justamente a de iniciar o processo de caducidade, haja vista a gravidade reiterada das infrações contratuais cometidas pela CORSAN, já que as outras sanções cabíveis (advertência, multa de até 2% e contrapropaganda) se afiguram brandas frente às faltas comprovadamente praticadas pela CORSAN.

Contudo, como bem pontuado pelo renomado escritório jurídico, tal deliberação é de prerrogativa do Poder Executivo Municipal, na pessoa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

### III – CONCLUSÃO

A sindicância administrativa em apreço, com o objetivo de apurar a presença de elementos aptos a indicar descumprimento do Contrato de Programa, em face da documentação apresentada e de acordo com os pareceres apresentados pela PGM e Consultoria Contratada, entende que os trabalhos devem ser encerrados com a instauração do processo de caducidade, adotando-se, como fundamento, os pareceres emitidos pela Procuradoria Geral do Município de Farroupilha e pelo escritório Curvelo e Pasqualini.

Farroupilha - RS, 22 de agosto de 2019.



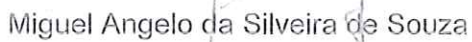
Gelso Priotto

Presidente da Comissão



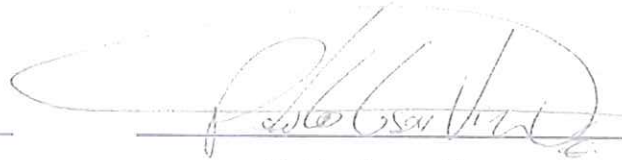
Francielle Bonaci de Matos

Relatora da Comissão



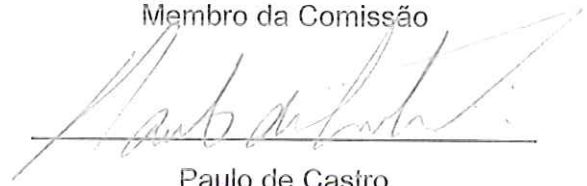
Miguel Angelo da Silveira de Souza

Membro da Comissão



Pablo Cesar Uez

Membro da Comissão



Paulo de Castro

Membro da Comissão



Rogério Pergher

Membro da Comissão



Rui Ernesto Gonçalves de Oliveira

Membro da Comissão



Farroupilha - RS, 22 de Agosto de 2019.

0839

Processo nº 8741/2018

Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Assunto: Encerramento de Sindicância Administrativa.

Comunicamos que, nesta data, foram encerrados os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 479, de 29 de maio de 2018, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para apurar possíveis descumprimentos do Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

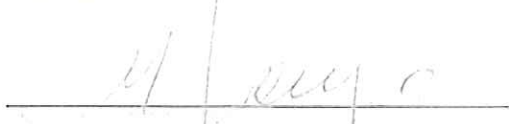
Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Gelso Priotto

Presidente da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Francielle Bonaci de Matos

Relatora da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Miguel Angelo da Silveira de Souza

Membro da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Pablo Cesar Uez

Membro da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Paulo de Castro

Membro da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Rogério Pergher

Membro da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
Rui Ernesto Gonçalves de Oliveira

Membro da Comissão



**CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

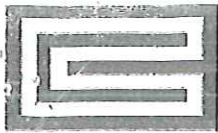
Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor-Presidente, Sr. **Mário Rache Freitas** e por seu Diretor de Operações, Sr. **Alfredo Arthur Dorn**, doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE FARROUPILHA**, com sede na Praça Emancipação, s/nº, inscrito no CNPJ sob o nº 89.848.949/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Bolivar Antônio Pasqual**, doravante denominado MUNICÍPIO, têm entre si, justa e contratada a prestação de serviços relativos à exploração, execução de obras, ampliações e melhorias dos serviços de abastecimento de água e de coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos sanitários na área urbana do município, mediante as seguintes cláusulas e condições, observada a legislação aplicável à matéria:

**DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Aplicam-se a legislação federal, estadual e municipal afeta ao objeto do contrato, em especial as Leis Federais n.º 8.666/1993; 8.987/95; 11.107/2005; e 11.445/2007; o Decreto Federal n.º 6.017/2007; a Lei Estadual n.º 10.931/97 e respectiva lei municipal autorizativa da delegação à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS; a Lei Estadual n.º 12.037/2003.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente contrato é celebrado nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 3.345, de 04 de março de 2008, com dispensa de licitação.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93, observados os procedimentos previstos no art. 26 da mesma lei.

## DAS DEFINIÇÕES

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para os efeitos deste contrato, considera-se:

**I – Sistema** - o conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da CORSAN, objeto de todos os contratos de programa celebrados entre os Municípios e a CORSAN.

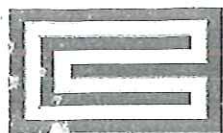
**II – Serviços** – prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

**III – Plano Plurianual de Investimentos no Sistema** – conjunto de obras e serviços a serem realizados de acordo com o montante de recursos financeiros previstos por períodos de cinco anos, a serem investidos no Sistema.

**IV – Meta de Investimentos de Longo Prazo** – É o montante de recursos financeiros a ser investido no Sistema ao longo do período de duração do Contrato, com revisões quinquenais.

**V – Plano Municipal de Saneamento Básico** – Instrumento da política de saneamento do MUNICÍPIO que deverá abranger o diagnóstico da situação local e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e, mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.

**VI – Atividade regulatória** – É a regulamentação, a fiscalização e o controle do serviço prestado nos limites dos poderes atribuídos por lei visando a adequação dos serviços, do respeito às regras fixadoras da política tarifária, da harmonização, bem como do equilíbrio e da composição dos interesses de todos os envolvidos na prestação dos serviços.



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

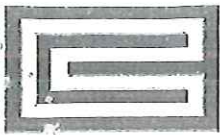
## DO OBJETO

**CLÁUSULA QUARTA** - O MUNICÍPIO outorga à CORSAN a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a exploração, execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, na área urbana e áreas contínuas, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica e, ainda, a Política Estadual de Saneamento.

**Subcláusula Primeira** - O MUNICÍPIO transfere à CORSAN, o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de acordo com o estipulado no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto – RSAE, realizando também, a CORSAN, a cobrança pelos serviços prestados, sempre com base no Sistema Tarifário vigente.

**Subcláusula Segunda** – Os investimentos em esgotamento sanitário deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico e serão efetivados respeitada a viabilidade econômico-financeira do Sistema e a obtenção de recursos financeiros necessários a sua execução, obedecidas as bases estabelecidas pela Meta de Investimentos de Longo Prazo.

DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA** – A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana e áreas rurais contínuas à zona urbana.

**Subcláusula Única** – A área de atuação poderá, também, contemplar aglomerados urbanos da área rural, nos termos definidos em aditivo contratual.

### **DO PRAZO CONTRATUAL**

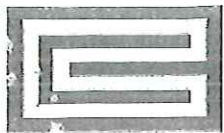
**CLÁUSULA SEXTA** - O Contrato vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O presente Contrato poderá ser prorrogado por igual período de 25 (vinte e cinco) anos, por intermédio de Termo Aditivo, mediante manifestação expressa das partes com 01 (um) ano de antecedência.

### **DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**CLÁUSULA OITAVA** – Na prestação dos serviços, a CORSAN deverá:

- I – estabelecer, através de negociação com o MUNICÍPIO, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, as ações necessárias, definindo prioridades, a serem consideradas para o estabelecimento do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;
- II – operar e manter os serviços de abastecimento de água potável, incluindo a captação, bombeamento, tratamento, adução e distribuição da água, medição do consumo e o controle da qualidade da água, nos termos definidos por Estudo de Concepção e Viabilidade Econômica;
- III - operar e manter os serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destino final do esgoto, nos termos definidos por Estudo de Concepção e Viabilidade Econômica, a ser elaborado no prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura deste contrato;



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

IV - executar direta ou indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, objetivando o adequado funcionamento dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, observados os limites previstos na Meta de Investimentos de Longo Prazo, nos termos definidos por Estudo de Concepção e Viabilidade Econômica, a ser elaborado no prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura deste contrato;

V - equacionar e solucionar, de forma satisfatória, eventuais problemas no funcionamento dos serviços, de acordo com o regulamento dos serviços;

VI - melhorar o nível de qualidade dos serviços, de acordo com a legislação atual e superveniente;

VII - garantir a continuidade dos serviços;

VIII - atender ao crescimento vegetativo populacional, promovendo as ampliações necessárias, de acordo com os objetivos e normas gerais dos planos oficiais de saneamento;

IX - adotar tecnologia adequada e empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas pertinentes, garantam a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários;

X - executar ações visando à manutenção e conservação dos equipamentos e das instalações;

XI - programar e informar ao MUNICÍPIO, por escrito, as condições técnicas e financeiras, o prazo de início e de conclusão das obras.

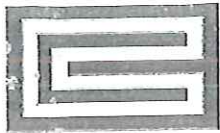
**CLÁUSULA NONA** - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

**Subcláusula Única** – As disposições contidas no "caput" serão aplicadas observada a legislação específica e as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, em anexo.

### DOS CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO

**CLÁUSULA DÉCIMA** – As metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais serão aferidos por meio dos indicadores definidos no Anexo I deste contrato e demais normas regulamentares.

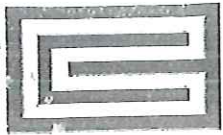
**Subcláusula Primeira** – A CORSAN deverá apresentar relatórios anuais de medição dos indicadores referentes a cada contrato de prestação de serviços de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, integrantes do Sistema.

**Subcláusula Segunda** – A CORSAN deverá apresentar relatórios anuais de medição dos valores médios dos indicadores de todo o Sistema, relativos ao seu desempenho.

**Subcláusula Terceira** – As metas dos indicadores estabelecidas por meio de resolução da AGERGS, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.075/98, observados os parâmetros definidos pelo Contrato de Gestão do Governo do Estado com a CORSAN.

**Subcláusula Quarta** – Os relatórios com os resultados dos indicadores devem ser encaminhados à AGERGS, anualmente, até 31 de março do ano subsequente ao do exercício a que se referirem.

**Subcláusula Quinta** – Os indicadores de qualidade serão revistos nas mesmas datas das revisões tarifárias por comissão instituída para este fim, sendo composta por servidores da CORSAN, da AGERGS e representantes dos municípios.



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – O cumprimento das normas relativas à qualidade dos serviços, estabelecidas neste contrato e demais disposições regulamentares, será aferido pelo MUNICÍPIO e pela AGERGS anualmente.

**Subcláusula Única** – Os resultados da verificação prevista nesta cláusula serão amplamente divulgados na rede mundial de computadores.

### **DA POLÍTICA TARIFÁRIA PREÇO DO SERVIÇO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Pela prestação dos serviços que lhe são delegados por este Contrato, a CORSAN cobrará as tarifas discriminadas na Planilha da Estrutura Tarifária do Sistema (Anexo II), sendo implementadas pela CORSAN, de forma universal, em todos os MUNICÍPIOS integrantes do Sistema.

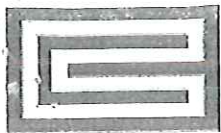
**Subcláusula Primeira** - A Estrutura Tarifária do Sistema deve cobrir os custos operacionais eficientes, segundo o nível de qualidade dos serviços ofertados e assegurar a obtenção de um retorno justo e adequado dos investimentos e ainda a necessária provisão das depreciações do Sistema, observadas as condições do convênio de delegação celebrado entre o MUNICÍPIO e a AGERGS.

**Subcláusula Segunda** – Para entrarem em vigor e serem cobradas dos usuários, as tarifas e suas alterações deverão ser homologadas pela AGERGS.

### **DO REAJUSTE TARIFÁRIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Os valores das tarifas serão reajustados em conformidade com as seguintes condições:

I – o reajuste ocorrerá sempre em 1º de junho de cada ano e será aplicado no faturamento da competência Junho;



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

II – os reajustes serão concedidos pelo índice setorial, apurado em relação ao período anual de maio a abril.

### **DA REVISÃO TARIFÁRIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – A AGERGS, de acordo com o previsto nesta cláusula, procederá as revisões dos valores das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos do Sistema, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços.

**Subcláusula Primeira** - As revisões tarifárias serão realizadas a cada cinco anos, sempre no mês de junho.

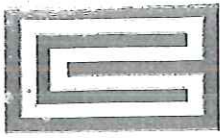
**Subcláusula Segunda** – No ano em que ocorrer revisão dos valores da tarifa, o reajuste previsto na cláusula décima terceira será substituído pela revisão.

**Subcláusula Terceira** - Os pedidos de revisões ordinárias das tarifas, acompanhados de todos os elementos e informações necessárias, serão encaminhados pela CORSAN à AGERGS, com pelo menos 90 dias de antecedência à data de sua vigência, a qual procederá aos trâmites para sua avaliação e aprovação ou denegação, integral ou parcial.

**Subcláusula Quarta** – Por sugestão das partes poderá ser realizada a readequação da estrutura tarifária.

### **DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – As partes reconhecem que as tarifas indicadas na Planilha de Estrutura Tarifária (Anexo II), em conjunto com as regras de reajuste e revisão descritas nas cláusulas anteriores, serão suficientes para a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.



**CORSAN**

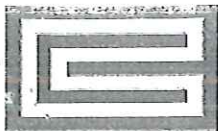
**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**Subcláusula Única** - Sempre que forem atendidas as condições do Sistema, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem as cláusulas anteriores, caso haja alterações significativas nos custos do Sistema, por solicitação desta ou das entidades de representação oficial dos Municípios, devidamente comprovada por documentos encaminhados ao ente regulador, a AGERGS poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão extraordinária das tarifas, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, nas seguintes hipóteses:

- I - quando houver necessidade de alterações significativas nas metas de investimentos, previstas no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema, ou para atender demandas extraordinárias que afetem a estrutura tarifária, acarretando variações acima de 2 % ( dois por cento ), negativas ou positivas, dos valores das tarifas dos serviços, necessárias para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema;
- II - quando houver a extinção do contrato por encampação, caducidade, rescisão, anulação, referentes aos municípios integrantes do Sistema e extinção da empresa CORSAN;
- III - em decorrência de fatos extraordinários fora do controle da CORSAN ou do MUNICÍPIO, em razão de:
  - a) atos da natureza que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços;
  - b) alterações na política tributária ou fiscal;
  - c) em decorrência de decisões judiciais que repercutam, direta ou indiretamente, nos custos de prestação dos serviços concedidos provocando variações positivas ou negativas superiores a 2 % (dois por cento);
  - d) ocorrência de outros fatos extraordinários admitidos e reconhecidos pelas partes que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços.
  - e) extinção do contrato de algum dos municípios cuja receita anual seja equivalente a mais de 2 % do total do Sistema;
  - f) ingresso de município ou grupo de municípios cujo somatório da receita anual seja superior a 2 % do total do Sistema.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – As fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - Na exploração do serviço público objeto deste Contrato, a CORSAN não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação federal, estadual e regulamento da CORSAN.

**Subcláusula Única** – Será vedada a concessão de isenção de pagamento de tarifas, inclusive a entes do Poder Público, visando garantir a manutenção da adequada prestação dos serviços e tratamento isonômico aos usuários do Sistema.

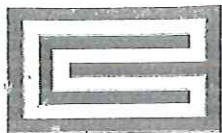
**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Ressalvados os impostos incidentes sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

## DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – O MUNICÍPIO tem as seguintes obrigações:

- I - regulamentar a prestação do serviço;
- II - fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;
- III - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- IV - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

VI - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, outorgando poderes à CORSAN para promoção das desapropriações e para a instituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

VIII - estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;

IX - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviços;

X - arcar com os custos necessários para a mudança de alinhamentos, perfis e nivelamento de qualquer logradouro, que exijam modificações ou remoções de canalizações, desde que não previstos nos cronogramas referidos na cláusula quarta, quando forem executados por sua solicitação;

XI - consultar a CORSAN sobre a viabilidade técnica da disponibilização dos serviços, antes de aprovar novos loteamentos, conjuntos habitacionais e instalações de novas indústrias;

XII - comunicar previamente a CORSAN a execução de obras e serviços no subsolo das vias públicas em que se localizam redes de infra-estrutura dos serviços concedidos;

XIII - zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública, respondendo pelas eventuais conseqüências de seu descumprimento, no que couber, visando à preservação e a conservação do meio-ambiente e da saúde pública;

XIV - zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à vedação do aproveitamento de fontes alternativas de água, contribuindo com a vigilância sanitária na área da prestação dos serviços, nos termos dos artigos 96 e 104 do Decreto nº 23.430/74, que regulamentou a Lei Estadual nº 6.503/72 e parágrafo 2º do artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

XV – exigir a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos da legislação municipal, do art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e do art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00 e artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;

XVI – exigir ou promover, consultada a CORSAN, a adequação da infra-estrutura dos loteamentos, não autorizados ou irregulares, as condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece o contrato;

XVII - exigir ou promover, consultada a CORSAN, a adequação da infra-estrutura das áreas de assentamentos informais às condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece este contrato;

XVIII – estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, consultada a CORSAN, visando ao estabelecimento das Metas de Investimentos de Longo Prazo.

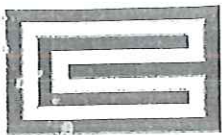
### **DOS DIREITOS E GARANTIAS DO MUNICÍPIO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Ao MUNICÍPIO são assegurados os seguintes direitos e garantias:

I – estabelecer, juntamente com a CORSAN, as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, considerando as Metas de Longo Prazo para Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

II – receber da CORSAN a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

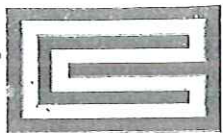
III – a realização, pela CORSAN, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos nas Metas de Longo Prazo de Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

- IV – conhecer, prévia e expressamente, as obras que a CORSAN pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;
- V – estar isenta de qualquer ônus de solidariedade com a CORSAN no caso de falta ou insuficiência de sinalização nas obras por ela realizadas nas vias públicas, durante toda a execução das mesmas;
- VI – receber, da CORSAN, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta;
- VII – ser ressarcido de todos os prejuízos que lhe forem causados em decorrência da execução dos serviços, conforme processo administrativo específico;
- VIII – ter assegurada a aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pelo MUNICÍPIO, destinados ao Município, na rede municipal de água ou esgoto;
- IX – ser informado, prévia e expressamente, pela CORSAN de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados à prestação dos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços;
- X – receber, em quaisquer dos casos de extinção do contrato, o cadastro atualizado dos usuários dos serviços de água e de esgoto e do acervo técnico da prestação dos serviços, em meio digital;
- XI – ser isento de qualquer ônus de solidariedade ou subsidiariedade em relação a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços;
- XII – ter livre acesso dos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e da AGERGS, especialmente designados, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros realizados pela CORSAN, relativos ou pertinentes ao contrato;
- XIII – aplicar as penalidades previstas neste contrato;
- XIV – receber os bens reversíveis, nos termos deste contrato, em quaisquer das hipóteses de extinção do Contrato de Programa, conforme subcláusula quarta, cláusula trigésima.



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

## DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGACOES DA CORSAN

### OBRIGAÇÕES DA CORSAN

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - A CORSAN se obriga a:

I – elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano Plurianual de Investimentos do Sistema;

II - garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

III - dar ciência prévia e expressa ao MUNICÍPIO das obras que pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;

IV - sinalizar as obras nas vias públicas durante toda a sua execução, sendo que qualquer dano causado a terceiro, em virtude de falta ou insuficiência de sinalização serão da inteira responsabilidade da CORSAN;

V – apresentar ao MUNICÍPIO, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta;

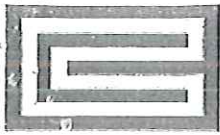
VI - publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica;

VII – a execução do serviço, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO, ou a quem este delegar, exclua ou atenuie essa responsabilidade, exceto nos casos legais;

VIII - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, as cláusulas contratuais e a legislação relativa à prestação dos serviços;

IX - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

X - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente e informar o



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

MUNICÍPIO, prévia e expressamente, de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados aos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da sua prestação;

XI – organizar e manter, permanentemente atualizado, o cadastro dos respectivos usuários;

XII - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo pelos eventuais danos causados em decorrência da prestação dos serviços;

XIII - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e encargos decorrentes das obrigações relacionadas à prestação dos serviços;

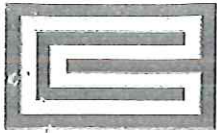
XIV - permitir aos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e da AGERGS, especialmente designados, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como a seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;

XV - zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública, em especial, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

XVI - expedir os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do MUNICÍPIO;

XVII – Encaminhar o Plano Plurianual de Investimentos, previsto na cláusula oitava, à AGERGS e disponibilizá-lo ao MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** - A CORSAN deverá manter, gratuitamente, serviço de atendimento aos usuários para registro protocolado das suas solicitações, sugestões e reclamações, bem como das soluções e respostas apresentadas, de acordo com os prazos legais e regulamentares, devendo sempre fornecer ao usuário protocolo comprobatório da comunicação, com os correspondentes dia e horário.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

## DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CORSAN

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** - Na exploração do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a CORSAN poderá:

I - utilizar-se de vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, para o fim específico de execução do objeto do presente Contrato, competindo ao MUNICÍPIO, observando e respeitando o objeto deste contrato, estabelecer as condições de sua utilização, bem como a sujeição das obras aos regulamentos específicos vigentes no Município;

II - suspender o abastecimento de água de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n.º 11.445/07;

III - aplicar os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do MUNICÍPIO;

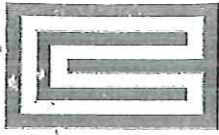
IV - aplicar o disposto no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto;

V - nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes do Sistema, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA** - Sem prejuízo das responsabilidades referidas neste Contrato, a CORSAN poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

**Subcláusula Primeira** - Os contratos celebrados entre a CORSAN e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o MUNICÍPIO.

**Subcláusula Segunda** - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do serviço concedido.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

## DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA** - Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 8.987/95, do art. 9º da Lei Federal n.º 11.445/07 e do Código de Defesa do Consumidor, são direitos dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber do MUNICÍPIO e da CORSAN informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - receber da CORSAN, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para a escolha do dia de vencimento de seus débitos;

IV - atendimento, pela CORSAN, dos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados neste contrato e nas normas e regulamentos editados pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe garantida a prestação do serviço, independentemente do pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante;

V - receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de:

a) deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora;

b) má utilização das instalações;

c) caso fortuito ou força maior.

VI - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

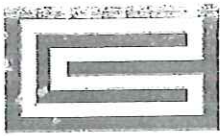
VII - acesso ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto e elaborado nos termos deste contrato;

VIII - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** - Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, são deveres dos usuários:

I - levar ao conhecimento do MUNICÍPIO e da CORSAN as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;





**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CORSAN na prestação do serviço;

III - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;

IV – requerer a CORSAN a ligação de seus imóveis aos serviços, conforme determinam o art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e o art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00, excetuando-se da obrigatoriedade as situações de impossibilidade técnica;

V – arcar com o custo das ligações de seus prédios ao serviço;

VI - permitir o livre acesso da CORSAN para o exame das instalações hidráulico-sanitárias prediais em qualquer tempo;

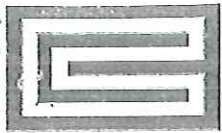
**Subcláusula Única** – Para atendimento das solicitações de ligação aos serviços, serão verificadas as possibilidades de atendimento pela CORSAN, observadas normas e regulamentos.

### **DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** - A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao MUNICÍPIO e à AGERGS, nos termos do convênio de delegação firmado com o Município, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do MUNICÍPIO, da AGERGS, da CORSAN e dos usuários, nos termos de norma regulamentar.

**Subcláusula Única** - No exercício da fiscalização, a comissão referida no caput terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CORSAN e poderá acompanhar os serviços de controle de qualidade e a execução das obras e serviços.

### **DAS PENALIDADES CONTRATUAIS**



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** - Pelo descumprimento das disposições contratuais especificadas em Regulamento próprio, a CORSAN estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos neste Contrato ou em instrumentos complementares;

II - em caso de inobservância da advertência, multa de até 2% (dois por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela CORSAN, no Município, nos últimos 3 ( três ) meses anteriores à notificação;

III – contrapropaganda, quando a CORSAN incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor ( Lei nº 8.078/90 );

**Subcláusula Primeira** – nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 5 (cinco) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação – TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:

I – as situações agravantes e atenuantes;

II – a extensão do dano causado ao município ou a terceiros;

III – a vantagem eventualmente auferida com a infração; e

IV – a condição econômica da infratora.

**Subcláusula Segunda** – O Regulamento referido nesta Cláusula é parte integrante do presente instrumento.

**Subcláusula Terceira** - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo previsto no regulamento, em que se assegure à parte inadimplente amplo direito de defesa e o contraditório.

**Subcláusula Quarta** – A CORSAN não estará sujeita às penalidades previstas no Contrato se comprovado que a não realização da obrigação específica decorreu de fato, ato ou circunstância imputada unicamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

### DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** – A delegação da prestação de serviços extingue-se nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Federal nº 8.987/95, art. 35 e parágrafos, por:

- I – advento do termo contratual ou de sua prorrogação;
- II - encampação;
- III - acordo formal entre o MUNICÍPIO e a CORSAN;
- IV - caducidade;
- V - rescisão;
- VI - anulação;
- VII - extinção da CORSAN;
- VIII – a CORSAN deixar de integrar a Administração Indireta do Estado.

**Subcláusula Primeira** - A extinção somente se efetivará com a conseqüente entrega ao MUNICÍPIO de todas as instalações, móveis e equipamentos relativos aos serviços, considerados como bens e direitos reversíveis da delegação.

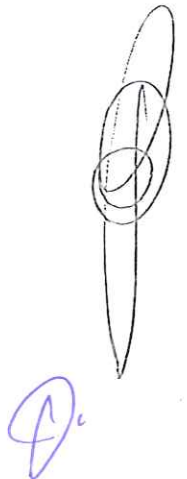
**Subcláusula Segunda** - Extinta a delegação da prestação de serviços haverá a imediata assunção dos mesmos pelo MUNICÍPIO.

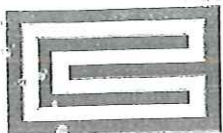
**Subcláusula Terceira** - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo MUNICÍPIO, de todos os bens reversíveis.

**Subcláusula Quarta** - Com a extinção da delegação da prestação de serviços, apurado o *quantum* indenizatório, caberá ao MUNICÍPIO indenizar à CORSAN, nos termos da lei e deste contrato.



DOS BENS QUE INTEGRAM A DELEGAÇÃO





**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** – A delegação da prestação de serviços é integrada pelos bens tangíveis e intangíveis afetos à prestação dos serviços, existentes na data de assinatura deste contrato, ou que a ela venham a ser integrados, mediante prévia edição de lei específica na área da delegação dos serviços, descritos no inventário de bens, conforme Anexo III, e atualizações anuais.

**Subcláusula Primeira** – Na assinatura deste contrato, os bens de propriedade do MUNICÍPIO destinados à execução dos serviços, serão transferidos ao patrimônio da CORSAN, mediante prévia avaliação.

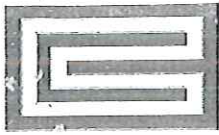
**Subcláusula Segunda** – Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso de forma que, quando revertidos ao MUNICÍPIO, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

#### **DA REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA DELEGAÇÃO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** – A reversão dos bens far-se-á com o pagamento, pelo MUNICÍPIO, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela CORSAN, ainda não amortizados ou depreciados, observadas as respectivas competências e proporcionalidades.

**Subcláusula Única** - Na extinção do contrato, após o procedimento dos levantamentos e avaliações previstos na cláusula trigésima, será lavrado termo de devolução e reversão dos bens, a serem devidamente identificados.

**DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS À CORSAN**



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** – Em qualquer das hipóteses de extinção da delegação da prestação dos serviços será apurado se o MUNICÍPIO deverá indenizar a CORSAN, observadas as condições estabelecidas nesta cláusula.

**Subcláusula Primeira** – Serão procedidos os levantamentos e avaliações necessários visando apurar os valores eventualmente devidos.

**Subcláusula Segunda** – Os critérios a serem utilizados como parâmetros para o cálculo da indenização, a ser elaborado por perito, serão:

I - os registros contábeis apropriados, nos quais constarão os registros dos bens e dos investimentos realizados no Sistema;

II - o valor de mercado dos bens patrimoniais, apurado através de avaliação, consideradas a depreciação ou amortização contábil e as reais condições de uso e/ou operacionalidade dos bens existentes;

III - os bens públicos móveis e imóveis destinados à execução dos serviços, existentes quando da delegação destes e transferidos à CORSAN, terão seus valores depreciados e descontados do montante apurado a título de indenização;

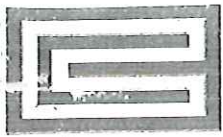
IV – incidência da indenização sobre as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos serviços concedidos;

V – não serão computados os valores referentes aos investimentos realizados pelo MUNICÍPIO, inclusive os investimentos oriundos de recursos não onerosos, por proprietários ou incorporadoras de loteamentos, conforme estabelecido no presente Contrato, a partir de sua vigência.

**Subcláusula Terceira** – A atualização monetária será calculada pelos mesmos índices aplicados ao reajuste tarifário.

**Subcláusula Quarta** – No caso de decretação da caducidade, o pagamento da indenização não será prévio, podendo este ser calculado no decurso do processo.

**Subcláusula Quinta** – O pagamento da indenização será parcelado em tantas vezes quantas forem necessárias para permitir o cumprimento da obrigação pelo MUNICÍPIO, segundo suas reais possibilidades financeiras, nos seguintes casos de extinção do contrato:



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

- I - rescisão pela CORSAN;
- II - por caducidade;
- III - por transferência da delegação dos serviços ou do controle societário da CORSAN;
- IV - por extinção da CORSAN;
- V – por deixar a CORSAN de integrar a administração indireta do Estado;
- VI – por anulação do Contrato.

**Subcláusula Sexta** – Nos demais casos de extinção previstos no caput da cláusula trigésima, a indenização será prévia.

**Subcláusula Sétima** – Do valor apurado, a título de eventual indenização, poderão ser descontados os créditos decorrentes de multas contratuais e danos provocados pela CORSAN, até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO.

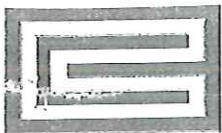
#### **DOS INVESTIMENTOS E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** - Quaisquer valores ou bens que entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinarem ao Município para aplicação nos serviços, objeto deste contrato, poderão ser recebidos diretamente pela CORSAN, nos termos da Lei.

**Subcláusula Primeira** – Os investimentos realizados pelas partes contratantes serão contabilizados em favor de quem suportou seu pagamento.

**Subcláusula Segunda** – Os investimentos realizados com recursos não onerosos obtidos pelos contratantes não serão remunerados.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA** – Caberá aos proprietários ou incorporadores a execução dos projetos e obras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos loteamentos particulares, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sendo que a ligação destas infra-estruturas à rede é condicionada a sua prévia entrega à CORSAN.



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**Subcláusula Primeira** - Os projetos referidos no "caput" deverão ter aprovação da CORSAN, a quem fica atribuída, conseqüentemente, a fiscalização da execução das obras.

**Subcláusula Segunda** - Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário referidos nesta cláusula não serão considerados como investimentos para fins de remuneração e indenização.

### **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA** – Anualmente, até o final do terceiro mês do exercício civil, a CORSAN prestará contas ao MUNICÍPIO e à AGERGS da gestão dos serviços concedidos, mediante apresentação de:

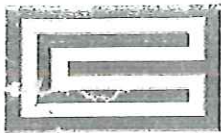
I - relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pela AGERGS e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:

- a) à execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;
- b) ao Desempenho Operacional da delegação que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas, ao registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços;
- c) ao registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços;
- d) ao desempenho operacional, econômico e financeiro.

II – demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas em nome do MUNICÍPIO;

III – demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pela Administração Municipal, vinculados ao Município.

**DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS**



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA** – A solução amigável das eventuais divergências entre as partes, relativamente à aplicação das disposições deste contrato, será mediada pela AGERGS.

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA** - O índice setorial de reajuste deverá ser estabelecido em conjunto entre as partes, sendo que, enquanto o índice setorial não for definido, os reajustes serão concedidos pela variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que vier a substituí-lo, apurado em relação ao período anual de maio a abril.

**Subcláusula Primeira** - Na hipótese do IGP-M ser definitivamente extinto, a AGERGS e a CORSAN, de comum acordo, devem escolher outro índice que retrate a variação dos preços dos principais componentes de custos.

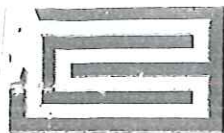
**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – A primeira revisão dos valores das tarifas prevista nas cláusula décima quarta e dos indicadores de qualidade prevista na cláusula décima será procedida no segundo reajuste após a conclusão dos serviços do grupo técnico criado para a definição de novo modelo de Contrato de Programa, no mês de junho.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA** – A CORSAN deverá apresentar juntamente com a primeira revisão dos valores das tarifas a Meta de Investimentos de Longo Prazo.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA** – Visando consolidar os valores remanescentes e a situação patrimonial dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão anteriormente vigente, a CORSAN deverá apresentar no ato de assinatura deste contrato, inventário dos bens patrimoniais afetos à prestação dos serviços.

**Subcláusula Única** - Acordam as partes ora contratantes que aos bens inventariados serão aplicadas as regras contidas na Cláusula Trigésima Terceira deste Contrato de





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

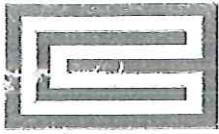
Programa, em ocorrendo quaisquer dos eventos futuros previstos na Cláusula Trigésima.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA** – O presente Contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA** – Os Regulamentos dos Serviços de Água e Esgoto bem como as metas dos Indicadores de Qualidade serão definidas pelas partes e aprovadas por Resolução da AGERGS até dezembro de 2007, após consulta aos usuários voluntários.

**Subcláusula Única** – Até a edição dos instrumentos previstos nesta cláusula serão aplicados o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto e o Decreto Federal 2.181/1997.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA** - Fica eleito o foro da Comarca do Município de Farroupilha para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 09 de abril de 2008.

Mário Rache Freitas

Diretor Presidente

Bolivar Antônio Pasqual

Prefeito Municipal

Alfredo Arthur Dorn

Diretor de Operações

TESTEMUNHAS

2 -

Alessandra C.F. dos Santos  
Advogada - OAB/RS 38.842



**ANEXO I**

**INDICADORES DE DESEMPENHO – AGERGS**

Os indicadores de desempenho serão agrupados conforme a seguir:

1. Indicadores de Universalização dos Serviços
2. Indicadores de Continuidade dos Serviços
3. Indicadores de Qualidade dos Serviços e dos Produtos
4. Indicadores de Qualidade Comercial
5. Indicadores Econômico-Financeiros
6. Indicadores de Produtividade.

**CONCEITOS E EXPRESSÕES DE CÁLCULO**

**1. UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1.1 NUA - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA**

$$NUA = \frac{PA}{PT} \times 100$$

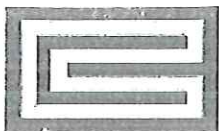
Sendo:

PA = População abastecida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de água, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa

**1.2 NUE - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

$$NUE = \frac{PS}{PT} \times 100$$



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Sendo:

PS = População servida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de esgoto, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa.

## 2. INDICADORES DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

### 2.1 TAC - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE QUANDO DA FALTA DE ÁGUA

$$TAC = \frac{1}{n} \left( \sum_{i=1}^N ti \right)$$

Sendo:

n = Número total de interrupções de água no período

ti = Tempo decorrido para correção do fato gerador da falta de água para a i-ésima interrupção do abastecimento.

### 2.2 DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO DO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POR ECONOMIAS

$$DEC = \frac{\sum_{i=1}^n EcoAtingidas(i) \times T(i)}{EcoTotal}$$

Sendo:

Eco. Atingidas (i) = Número de economias abrangidas pela i-ésima falha no sistema de fornecimento de água no conjunto e no período

T (i) = Tempo decorrido entre a detecção da i-ésima falha pela CORSAN e o efetivo reparo da falha

n = Número total de interrupção no fornecimento de água do conjunto no período

Eco. Total = Número total de economias do conjunto considerado



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

### 2.3 NRP - ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES PROCEDENTES POR FALTA DE ÁGUA POR 1.000 ECONOMIAS

$$NRP = \frac{NRP}{NE} \times 1.000$$

Sendo:

NRP = Número de reclamações procedentes no mês no conjunto

NE = Número de economias do conjunto

## 3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS E DOS PRODUTOS

### 3.1 ISC - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

$$ISC = \frac{PS}{PT} \times 100$$

Sendo:

PS = Parcela da população da amostra satisfeita (soma dos conceitos bons e ótimos ou soma dos conceitos satisfeito e muito satisfeito) com os serviços prestados pela empresa

PT = População total da amostragem

### 3.2 - IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

$$IQA = \sum_{i=1}^6 N(i) \times p(i)$$

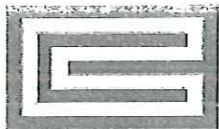
Sendo:

N = Nota média do parâmetro no período

p = Peso atribuído ao i-ésimo parâmetro

Para N deverão ser considerados os seguintes parâmetros e para p os seguintes índices:  
parâmetro (peso) coliformes totais (0,30); cloro livre residual (0,20); turbidez (0,15); fluoretos (0,15) cor (0,10) e pH (0,10)

## 4. QUALIDADE COMERCIAL



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

#### 4.1 QF – QUALIDADE DE FATURAMENTO

$$QF = \frac{CS}{CE} \times 1000$$

Sendo:

CS = Contas substituídas com os códigos 11, 12, 16, 22, 30, 31, 32, 34, 35

CE = Número de contas emitidas no mês

#### 4.2 IPF – ÍNDICE DE PERDA DE FATURAMENTO

$$IPF = \frac{VP - VF}{VP} \times 100$$

Sendo:

VP = Volume produzido

VF = Volume faturado

#### 4.3 IH - ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO

$$IH = \frac{EM}{ET} \times 100$$

Sendo:

EM = Número total de economias de água com medição do conjunto

ET = Número total de economias de água do conjunto

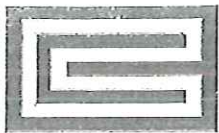
#### 4.4 ICOB – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA COBRANÇA

$$ICOB = \frac{AA}{FA} \times 100$$

Sendo:

AA = Arrecadação acumulada dos últimos doze meses (a partir do mês n)

FA = Faturamento acumulado dos últimos doze meses (a partir do mês n-1)



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

## 5. ECONÔMICO-FINANCEIROS

### 5.1 ROP (S/DEPREC.) - RAZÃO OPERACIONAL SEM DEPRECIÇÃO

$$ROP(s / deprec.) = \frac{DESP(s / deprec.)}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DESP (s/deprec.) = Despesa operacional total excluída a depreciação

ROL = Receita operacional líquida

### 5.2 DCP - DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO

$$DCP = \frac{DP}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DP = Despesa com pessoal próprio

ROL = Receita operacional líquida

## 6. PRODUTIVIDADE

### 6.1 IPP1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 1

$$IPP1 = \frac{AF}{NE}$$

Sendo:

AF = Água faturada pela empresa em m<sup>3</sup>

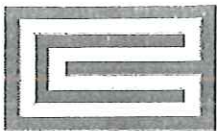
NE = Número total de empregados da empresa

### 6.2 IPP2 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 2

$$IPP2 = \frac{LA + LE}{NE}$$

Sendo:

LA = Número total de ligações de água



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

LE = Ligações total de ligações de esgoto

NE = Número total de empregados da empresa

**6.3 IPP3 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 3**

$$IPP3 = \frac{EA + EE}{NE}$$

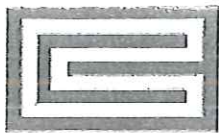
Sendo:

EA = Número de economias com água

EE = Número de economias com esgotamento sanitário

NE = Número total de empregados da empresa





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

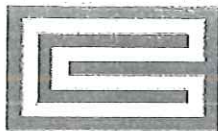
ANEXO II

ESTRUTURA TARIFÁRIA

TARIFA	CATEGORIA	PREÇO BASE	SERVIÇO BÁSICO	TARIFA COMPOSTA MÍNIMA
SOCIAL	<b>BP</b> Bica Pública	1,31	5,20	18,30
	<b>Res A e A1</b> (Imóveis c/ até 60m <sup>2</sup> de área construída) até 10m <sup>3</sup>	1,11	5,20	16,30
	m <sup>3</sup> excedente	2,74		
BÁSICA	<b>Residencial B</b> (Imóveis com mais de 60m <sup>2</sup> )	2,74	12,98	40,38
EMPRESARIAL	<b>COMERCIAL C1</b> Comércio até 100m <sup>2</sup> até 10 m <sup>3</sup>	2,74	12,98	40,38
	m <sup>3</sup> excedente	3,12		
	<b>COMERCIAL</b> Grande Comércio	3,12	23,13	85,53
	<b>PUB</b> Pública	3,12	46,23	108,63
	<b>PUB</b> Municipal até 10 m <sup>3</sup>	1,25	18,49	30,99
	m <sup>3</sup> excedente	3,12		
	<b>IND</b> Industriais	3,54	46,23	163,84

Observações:

- O Preço Base do m<sup>3</sup> é variável aplicando-se a Tabela de Exponenciais.
- Fórmula Preço Base x Consumo acrescido dos custos do Serviço Básico.
- Nas categorias Sociais cujo consumo exceder a 10 m<sup>3</sup>, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria RB
- O Esgoto será cobrado a razão de 70% do valor do m<sup>3</sup> de consumo ou do volume mínimo da categoria de uso.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

**ANEXO III**

Regulamento para aplicação de penalidades e declaração de caducidade, diante do descumprimento das disposições contratuais, que passa a ser parte integrante do Contrato de Programa celebrado entre **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

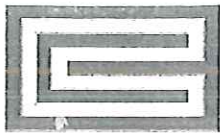
**CONSIDERANDO** o disposto na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso IV da Cláusula Trigésima do Contrato de Programa e artigo 38 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.987/95;

**CONSIDERANDO** que é obrigação do Município aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, nos termos da Cláusula Vigésima, inciso III, do Contrato de Programa, observados os princípios constitucionais que devem ser obedecidos pela administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e do artigo 19 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 03.10.1989;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 11.107/05 e os artigos 23, VIII e 29, II da Lei Federal n.º 8.987/95 e a Lei Federal n.º 8.666/93, no que couber;

**CONSIDERANDO** a competência atribuída à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS pela Lei Estadual n.º 10.931/97, com especial destaque ao seu artigo 3º, alínea “a” e convênio de delegação dos serviços de regulação assinado entre **MUNICÍPIO** e AGERGS;



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

**CONSIDERANDO** a necessidade de disposição regulamentar atribuindo à AGERGS competência para atuar como instância administrativa recursal única;

Fica aprovado o presente Regulamento, nos seguintes termos:

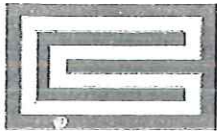
**TÍTULO I**  
**DAS CLÁUSULAS PASSÍVEIS DE PENALIDADES**

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade especificar as disposições contratuais que, uma vez descumpridas, são passíveis de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, celebrado entre **MUNICÍPIO** e **CORSAN**, assim como, os procedimentos a serem seguidos pelo **MUNICÍPIO**.

Art. 2º. As penalidades previstas contratualmente são:

- I. advertência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos no Contrato ou em instrumentos complementares;
- II. em caso de inobservância da advertência, multa de até 2% (dois por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela CORSAN, no Município, nos últimos 3 ( três ) meses anteriores à notificação;
- III. contrapropaganda, quando a **CORSAN** incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).

§ 1º. Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 5 (cinco) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação - TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

- I. as situações agravantes e atenuantes;
- II. a extensão do dano causado ao Município ou a terceiros;
- III. a vantagem eventualmente auferida com a infração; e,
- IV. a condição econômica da infratora.

§ 2º. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

- I. a ação da autuada não ter sido fundamental para a consecução do fato gerador;
- II. ter a infratora adotado as providências pertinentes para minimizar ou, de imediato, reparar os efeitos do seu ato de não conformidade ou descumprimento contratual.

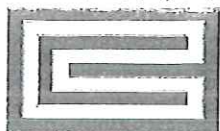
§ 3º. Consideram-se circunstâncias agravantes:

- I. ter a infratora, comprovadamente, cometido a infração para obter vantagem além da legal, contratual e legitimamente permitida;
- II. a infração trazer conseqüências lesivas ao Município e a terceiros;
- III. deixar a autuada de tomar as providências para evitar ou mitigar as conseqüências da infração;
- IV. ter a autuada agido com dolo;
- V. a infração ter ocasionado dano coletivo.

§ 4º. Nos casos de reincidência continuada, poderá ocorrer a extinção do contrato pela declaração de caducidade, na forma prevista na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

Art. 3º. A CORSAN não estará sujeita às penalidades estipuladas contratualmente quando a não viabilização de obrigação específica decorrer de fatos ou circunstâncias imputáveis unicamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

Art. 4º. Será passível de aplicação da penalidade de contrapropaganda, prevista no inciso III, da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa e neste Regulamento, a propaganda abusiva e/ou enganosa que chegar ao conhecimento, de forma notória,



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

pelos veículos de imprensa ou que gerar reclamações reiteradas dos usuários por intermédio do órgão municipal de proteção ao consumidor e da AGERGS.

§ **único**. A contrapropaganda será custeada integralmente pela autuada e deverá ser divulgada da mesma forma, freqüência e dimensão e, preferencialmente, nos mesmos veículos de comunicação, local, espaço e horário, a fim de ser capaz de desfazer o malefício produzido pela publicidade julgada enganosa ou abusiva.

## TÍTULO II

### DA AÇÃO FISCALIZADORA

Art. 5º. A ação fiscalizadora, prevista no inciso II da Cláusula Vigésima do Contrato de Programa será executada pelo **MUNICÍPIO**, por secretaria ou órgão designado pelo Prefeito Municipal, que será consubstanciada em Relatório de Fiscalização, do qual será feito Termo de Notificação - TN, emitido em duas vias, contendo:

- I. identificação do órgão ou secretaria representante do **MUNICÍPIO** e respectivo endereço;
- II. nome e endereço da notificada;
- III. descrição dos fatos levantados;
- IV. indicação de não conformidade(s) e/ou determinação de ações a serem empreendidas pela **CORSAN**, se for o caso;
- V. identificação do representante do **MUNICÍPIO**, com seu cargo, função, número da matrícula e assinatura;
- VI. local e data da lavratura.

§ **único**. Uma via do TN será entregue, ou enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal **CORSAN** ou ao seu procurador habilitado, na sede da notificada, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhada, se existir, do respectivo relatório de fiscalização.

Art. 6º. A **CORSAN** terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do TN, para atender o notificado, adequando-se ao fato apontado como de não conformidade



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

ou manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando os elementos de informação que julgar convenientes.

§ 1º Quando da análise da manifestação da notificada, poderão ser solicitadas outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 2º. O representante do Município responsável pela ação fiscalizadora poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada pela notificada.

§ 3º. O TN será arquivado quando:

- I. não comprovada a não conformidade apontada; ou,
- II. consideradas procedentes as alegações da CORSAN; ou,
- III. a CORSAN acolhe o apontamento e atende no prazo estabelecido as determinações da fiscalização contidas no relatório.

### TÍTULO III

#### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

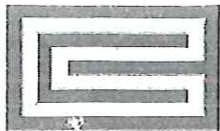
##### Capítulo I

#### DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONSTANTES NO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 7º. Será lavrado Auto de Infração - AI, nos casos de:

- I. comprovação da não conformidade;
- II. não serem atendidas, no prazo, as determinações do MUNICÍPIO;
- III. ausência de manifestação tempestiva da interessada ou prestada de forma insatisfatória.

Art. 8º. O Auto de Infração, emitido por funcionário de hierarquia superior ao responsável pela ação fiscalizadora, será instruído com o Relatório de Fiscalização, o TN e a respectiva manifestação da notificada, se houver, assim como a exposição de motivos da autuação e outros documentos a esta relacionados, que não implique duplicidade da documentação constante do processo de fiscalização correspondente.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

§ único. O AI, quando eivado de vício ou incorreção, poderá ser retificado de ofício pelo responsável pela sua emissão. Neste caso, abrir-se-á novo prazo à autuada para apresentação de recurso.

Art. 9º. O AI será emitido em duas vias, contendo:

- I. o local e a data da lavratura;
- II. o nome, o endereço e a qualificação da autuada;
- III. a descrição do(s) fato(s) ou do(s) ato(s) constitutivo(s) da(s) infração(ões);
- IV. a indicação dos dispositivos legais, regulamentares, ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;
- V. a imposição da penalidade nos termos deste Regulamento e do Contrato;
- VI. possibilidade de apresentação de recurso;
- VII. a identificação do responsável do MUNICÍPIO pela autuação, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula.

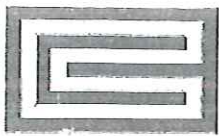
§ único. Uma via do AI será remetida, ou entregue, para efeito de notificação, ao representante legal da autuada, ou ao seu procurador habilitado, na sede da autuada, mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR) ou outro documento que comprove o respectivo recebimento.

Art.10. O valor da multa será atualizado pela taxa SELIC ou outro indicador que o venha substituir, conforme previsto no § 5º do art. 17 do Anexo I do Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997, e observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

§ único. Será considerada a variação acumulada *pro rata die* da taxa SELIC no período compreendido entre o segundo dia anterior ao término do prazo estabelecido no AI e o segundo dia anterior à data do efetivo pagamento da multa.

Art. 11. Havendo o recolhimento da multa e observado, quando couber, o disposto no artigo antecedente, a autuada deverá encaminhar ao MUNICÍPIO uma via do respectivo comprovante, devidamente autenticado e sem rasuras.

§ único. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas neste Regulamento e no Contrato de Programa deverão reverter ao Fundo Municipal



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

de Saneamento, em não existindo, ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, que deverá ter a destinação dos valores vinculada à melhoria dos serviços de saneamento básico no Município.

**Art. 12.** O não recolhimento da multa no prazo estipulado no AI, sem interposição de recurso, ou no prazo estabelecido em decisão irrecorrível na esfera administrativa, acarretará o imediato encaminhamento do processo administrativo à Procuradoria Municipal, para a inscrição do valor correspondente na Dívida Ativa do Município e respectiva cobrança, nos termos da Lei.

## Capítulo II

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA

**Art. 13.** Poderá o MUNICÍPIO declarar a caducidade, por meio de decreto municipal, rescindindo o Contrato de Programa, constatando reiteradas e continuadas práticas infrativas que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar a inadimplência contratual, como previsto na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

**Art. 14.** Como condição de validade e eficácia do processo, o mesmo deverá ser precedido de comunicação à CORSAN, por intermédio de Notificação, devidamente autorizada ou emitida pelo Prefeito Municipal, quanto ao(s) descumprimento(s) contratual(is) praticados, apurados em Relatórios de Fiscalização anteriormente realizados, com a fixação de prazo para a sua regularização definitiva.

§1º. A Notificação deverá ser enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal da notificada ou ao seu procurador habilitado, na sede, para conhecimento e providências pertinentes.

§ 2º. Cumprido o requisito anterior e decorrido o prazo concedido em notificação, o Sr. Prefeito Municipal autorizará a instauração de processo administrativo de inadimplência.





**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

**Art. 15.** A CORSAN será intimada da instauração do processo administrativo de inadimplência e terá o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar defesa quanto aos fatos imputados ou a manifestação quanto à adequação de não conformidade e/ou cumprimento das determinações. Mediante justificativa da intimada, o Município poderá prorrogar o prazo previsto.

**§ único.** O Termo de Intimação deverá ser lavrado em três vias e conterá, necessariamente:

- I. nome, endereço e qualificação da notificada;
- II. indicação das cláusulas contratuais violadas;
- III. descrição resumida dos fatos levantados;
- IV. identificação da autoridade a quem será dirigida a defesa;
- V. identificação do órgão ou secretaria emitente, com nome e assinatura do responsável;
- VI. local e data da lavratura.

**Art. 16.** O processo administrativo deverá ser instruído com as seguintes peças:

- I. a Notificação e comprovante de entrega;
- II. manifestação da CORSAN, se houver;
- III. autorização do Prefeito Municipal de instauração do processo;
- IV. Termo de Intimação à CORSAN, com comprovante de entrega;
- V. o histórico dos relatórios de fiscalização e/ou processos administrativos de aplicação de penalidades;
- VI. parecer técnico contendo as transgressões à legislação e ao contrato de programa;
- VII. defesa da CORSAN, se apresentada;

**Art. 17.** A decisão acerca da declaração de caducidade será proferida pelo Prefeito Municipal, com base nos elementos constantes no processo, com a devida intimação de seu inteiro teor à CORSAN e comunicação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 30 (trinta) dias.



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

§1º. A partir do recebimento da notificação pela CORSAN, passará a fluir o prazo para recurso.

§ 2º. A decisão referida no "caput" deste artigo será decretada pelo Prefeito Municipal e publicada na imprensa oficial do Município, após decurso do prazo recursal não aproveitado pela CORSAN ou informação da negativa de provimento do recurso julgado pela AGERGS, em decisão irrecorrível.

### Capítulo III

### DO RECURSO

Art. 18. Os procedimentos previstos neste Capítulo destinam-se tanto para as decisões proferidas nos processos de aplicação de penalidades, quanto para o Processo Administrativo de Inadimplência, ambos previstos neste Título.

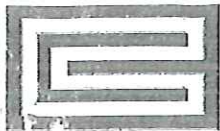
Art. 19. O prazo para interposição de recurso será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do Auto de Infração que aplicou penalidade ou da intimação da decisão que julgou procedente a inadimplência contratual da CORSAN.

§ único. O recurso deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, que o receberá com efeito suspensivo, podendo reconsiderar a decisão recorrida ou remeter à AGERGS para julgamento, tudo no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 20. A AGERGS receberá o recurso interposto e poderá, por decisão do Conselho Superior, confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

§ 1º. Se da aplicação do disposto no "caput" deste artigo puder decorrer gravame à situação da recorrente, esta deverá ser cientificada para que formule suas alegações no prazo de dez dias, contado da juntada do aviso de recebimento da notificação.

§ 2º. Na tramitação do recurso serão observados os procedimentos estabelecidos em Resolução da AGERGS.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

§ 3º. No caso de aplicação da penalidade de multa, a recorrente terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o respectivo recolhimento, nos termos deste Regulamento, contado da data da publicação da decisão da AGERGS acerca do recurso.

Art. 21. A critério da AGERGS, poderá ser realizada novas diligências processuais.

#### TÍTULO IV

#### DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA

Art. 22. Durante a tramitação do processo administrativo, poderá o **MUNICÍPIO**, alternativamente à imposição de penalidade ou declaração de caducidade, firmar com a CORSAN termo de compromisso de ajuste de conduta, visando a adequação da conduta irregular às disposições regulamentares e/ou contratuais aplicáveis.

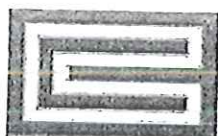
§ 1º. As metas e compromissos objeto do termo referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas no Contrato de Programa firmado entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

§ 2º. Do termo de compromisso de ajuste de conduta constará, necessariamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento. Em caso de processo administrativo de aplicação de penalidade de multa, o valor será correspondente ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescido de 20% (vinte por cento).

#### TÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A AGERGS, se solicitado, poderá realizar mediação entre as partes.



**CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN  
US FARROUPILHA**

Rua: Carlos Egger, 1345- Bairro PIO X – Farroupilha.

---

Ofício 01/2021

Farroupilha, 01 de fevereiro de 2021

Ilmo Senhor:  
Fabiano Feltrin,  
M.D. Prefeito de Farroupilha.

Prezado Prefeito,

Em atenção ao Of. 019/2021 GAB, encaminhamos em anexo relatório de obras da CORSAN relacionadas ao Município de Farroupilha que estão em execução; licitadas; e obras concluídas ainda em 2020/2021.

Sem mais para o momento,

Elton Luiz Ernzen  
Gestor da Unidade



OBRAS CORSAN

## MUNICÍPIO DE FARROUPILHA – RS

A seguir serão listadas todas as obras da CORSAN em Farroupilha que estão em fase de licitação, prestes a iniciar e execução. Neste documento você encontrará informações a respeito de: Tipo de obra, empresa/construtora responsável, situação da obra, valores de contrato e período de vigência

### 1. E.T.E. FARROUPILHA

Resumo da obra: Ampliação do SES Farroupilha OGU3. Execução da Estação de Tratamento de Esgoto, localizada no bairro medianeira, contrato N° 107/17.

Endereço: Rua Ernesto Fetter, Medianeira, Farroupilha, Rio Grande do Sul.

Valor de Contrato: R\$11.573.669,20

Período de Execução: Início do período - 25/05/2017 - Término do período - 12/08/2021.

Empresa/Construtora responsável pela execução: BRIPAZA, SINTRA e PONTUAL

Situação da obra: A obra estava paralisada e foi reiniciada no dia 11 de janeiro com prazo previsto para até o final do ano de 2021. Segundo o PMWEB foram o percentual físico executado é de 76,49% dos serviços programados.

Basicamente, todas as estruturas físicas já foram construídas e no momento estão sendo executadas as montagens mecânicas.

Entre os serviços necessários para a finalização da obra está a conclusão do assentamento da tubulação DN 300 F\*F\* do emissário final por gravidade.

## 2. RESERVATÓRIO E.T.A. I

Resumo da obra: Ampliação do SAA Farroupilha RECP. Execução do reservatório de 2000 m³ e casa de cloro da ETA I, contrato N° 269/19.

Endereço: Rua Carlos Egger, nº 1345, PIO X, Farroupilha, Rio Grande do Sul.

Valor de Contrato: R\$3.629.298,67

Período de Execução: Início do período - 18/12/2019 – Término do período – 18/01/2021.

Empresa/Construtora responsável pela execução: SM7 ENGENHARIA, TECNOLOGIA E IMPORTAÇÃO LTDA

Situação da obra: A obra encontra-se finalizada e em operação.

## 3. REDE DE ESGOTO BACIAS 4, 8 e 9 FARROUPILHA

Resumo da obra: Ampliação SES Farroupilha OGU3. Execução das Redes das Bacias 4, 8 e 9 e das Elevatórias 4.1, 4.2, 8, 9.1 e 9.2 com seus respectivos Emissários no Município de Farroupilha/RS, contrato N° 234/18.

Endereço: Bairros Beneficiados - Santa Catarina, Cruzeiro, Nova Vicenza e Bela Vista, situados em Farroupilha, Rio Grande do Sul.

Valor de Contrato: R\$11.736.713,46

Período de Execução: Início do período - 18/02/2019 – Término do período – 06/08/2021.

Empresa/Construtora responsável pela execução: CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA.

Situação da obra: A obra está com o percentual físico executado de 45,09% e tem sua vigência de contrato até outubro de 2021. Observa-se um pequeno atraso na obra devido às escavações em rocha e as liberações de áreas do DAER e da Prefeitura Municipal de Farroupilha.



- As bacias 8 e 9 correspondem a 40% da obra e já foram assentados 95% das redes e emissários, restando trechos às margens da Rodovia, e encontra-se em fase de análise pela Prefeitura Municipal a Cessão de Uso da área onde será instalada Rede entre os PV: B9.2-015 e B9.2-018, dentro de uma praça na rua Armiro Antônio Palavro.

- Bairro Cruzeiro - Bacia 9, cujo Protocolo junto à Prefeitura Municipal era 9605/2020 até o ano passado. Também já foram construídas as Elevatórias 8, 9.1 e 9.2 .

- A bacia 4 corresponde a 60% da obra e foi reiniciada nesta semana, notadamente, na Estrada dos Romeiros no bairro Bela Vista, no momento está sendo construída a Elevatória 4.1 além do assentamento do seu Emissário. A produção mensal da obra é de aproximadamente 500 m de tubulação assentada de rede, onde se enquadram serviços de escavação, detonação (quando necessário), reenchimentos de vala e serviços de repavimentação.

#### 4. RESERVATÓRIO 1000 m<sup>3</sup>

Resumo da obra: Execução de um Reservatório elevado Cilíndrico de concreto de 1000 m<sup>3</sup> a ser abastecido diretamente pela ETA II que estará em nível com o reservatório elevado de 500 m<sup>3</sup> localizado na outra esquina, Município de Farroupilha/RS, localizado no bairro São Luiz.

Endereço: Esquina da Rua Luis Ornaghi com Av. Armando Antonelo.

Valor de Contrato: R\$2.780.230,93.

Valor de apropriação de área: R\$ 1.316.577,00

Período de Execução: 540 dias.

Empresa/Construtora responsável pela execução: MGM Serviços Técnicos LTDA.

Situação da obra: Homologado, porém com pendências na apropriação da área para execução devido a desconformidades entre a proprietária e a Prefeitura Municipal de Farroupilha.

## 5. DUPLICAÇÃO ADUTORA ÁGUA TRATADA

Resumo da obra: Execução de complementação de adutora de água tratada em ferro fundido DN 400 com extensão de 2835 metros interligando as ETA's no município de Farroupilha/RS.

Endereço: Trajeto partindo no cruzamento das ruas Papa João XXIII com a rua José Sachet, seguindo pelas ruas Pedro Koff, rua Pain Filho, rua Padre Plínio Bartelli, rua Flores da Cunha, rua Bortollo Grendene, rua Pedro Grendene, rua Silveira Martins, rua Getúlio Vargas até esquina com Borges de Medeiros.

Valor de Contrato: R\$3.873.574,08

Período de Execução: 360 dias.

Empresa/Construtora responsável pela execução: CONSTER CONSTRUÇÕES LTDA.

Situação da obra: em fase inicial, material já se encontra na unidade de Farroupilha-RS e as obras tem previsão de início em fevereiro de 2021.

## 6. ADUTORA, BOOSTER E RESERVATÓRIO 100 M<sup>3</sup>

Resumo da obra: Execução de Adutora de Água Tratada em Ferro Fundido e PVC-O DN 150 com 11.704 metros de extensão, booster composto por duas bombas submersas de vazão de 30 m<sup>3</sup>/h e potência de 5 c.v. e reservatório de inox de 100 m<sup>3</sup> para abastecimento de água do distrito industrial de Farroupilha/RS.

Trecho DN 150 Ferro Fundido: Serão assentados 912 metros deste material para implantação da adutora.

Trecho DN 150 PVC-O: Serão assentados 10.792 metros deste material para implantação da adutora.

Endereço: Trajeto partindo do bairro Santa Catarina seguindo pela Rua Vêneto próximo ao Museu Casa de Pedra, Estrada Municipal Henrique Galafassi, Estrada Municipal Luiz Victório Galafassi e Av. Artur Perotoni até o Condomínio Industrial Greentec, Farroupilha/RS.

Valor de Contrato: R\$4.125.428,87

Período de Execução: 540 dias.

Empresa/Construtora responsável pela execução: CONSETRAN CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA.



Situação da obra: Homologado aguardando realinhamento de preço das tubulações em PVC.

#### **7. ADUTORA NOVA SARDENHA.**

Resumo da obra: Execução de adutora de água tratada em ferro fundido DN 500 com extensão de aproximadamente 5061 metros.

Endereço: Rua Nova Sardonha, s/n°, B. 3º Distrito.

Valor de Contrato: R\$4.538.465,74

Empresa/Construtora responsável pela execução: CONSTER CONSTRUÇÕES LTDA.

Situação da obra: Entregue e em operação

#### **8. ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ETA II.**

Resumo da obra: Obras de ampliação da elevatória de água tratada na ETA Nova Sardenha em Farroupilha/RS com a execução de um novo módulo, fornecimento de dois grupos motobomba, reforma das instalações existentes, nova subestação existente e abrigo elétrico.

Endereço: ETA II – NOVA SARDENHA

Valor de Contrato: R\$3.302.088,16

Período de Execução: EM LICITAÇÃO

Empresa/Construtora responsável pela execução: ECOLUX ENGENHARIA E ILUMINAÇÃO LTDA.

Situação da obra: Em fase final de licitação.

#### **9. CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO 750KVA.**

Resumo da obra: Construção da estrutura da subestação e toda instalação elétrica necessária para pleno funcionamento da subestação de 750KVA

Endereço: 1º Recalque Burati.

Valor de Contrato: EM LICITAÇÃO.

Empresa/Construtora responsável pela execução: EM LICITAÇÃO.

Situação da obra: Em licitação até dia 22/04/2021.

## 10. AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA ETA II

Resumo: Ampliação do bloco hidráulico da ETA II de Farroupilha para vazão nominal de 220L

Valor de Contrato: 3.500.000,00

Empresa/Construtora responsável pela execução: EM LICITAÇÃO.

Situação: EM LICITAÇÃO.

